

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

Número da inscrição: _____

PROVA B - Questões Objetivas

Questão 01

De acordo com o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade do fornecedor de serviços pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos, depende de prova irrefutável de sua culpa.
- b) O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
- c) O fornecedor de serviços será responsabilizado pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços mesmo quando provar que a culpa foi exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- d) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto, considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.
- e) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

Questão 02

Assinale a alternativa em que a definição de consumidor ou de fornecedor encontra-se correta, de acordo com a Lei nº 8.078/90.

- a) Consumidor é sempre a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- b) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas determináveis que haja intervindo nas relações de consumo.
- c) Fornecedor é toda pessoa jurídica privada que desenvolve atividade de comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- d) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- e) Fornecedor é toda entidade dotada de personalidade jurídica que desenvolve atividade de comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

Questão 03

No que se refere ao Regime Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço, na Lei n.º 8.078/90, assinale a afirmação correta.

- a) O fabricante responde pela reparação dos danos causados aos consumidores, desde que comprovada sua culpa.
- b) O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- c) O fabricante só não será responsabilizado quando provar a culpa concorrente do consumidor ou de terceiro.
- d) O comerciante é responsável pela reparação dos danos causados aos consumidores, inclusive quando o fabricante puder ser identificado.
- e) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais pela reparação dos danos causados aos consumidores independe da verificação de culpa.

Questão 04

Assinale a afirmação correta em relação ao regime das Nulidades no Código de Processo Civil.

- a) A parte que der causa à nulidade deverá requerer a respectiva decretação.
- b) O ato realizado em desacordo com a forma prescrita em lei deverá, necessariamente, ser considerado inválido pelo Juiz.
- c) Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele não dependam.
- d) Quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, o processo é nulo desde seu início.
- e) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados.

Questão 05

Assinale a afirmação correta em relação à disciplina das provas no Código de Processo Civil.

- a) O ônus da prova incumbe ao réu quanto ao fato constitutivo do seu direito.
- b) Não se admite convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova.
- c) Dependem de prova os fatos notórios e os admitidos como incontroversos.
- d) A confissão é, de regra, divisível, podendo a parte rejeitá-la no que lhe for desfavorável.
- e) A parte não é obrigada a depor sobre fatos torpes que lhe forem imputados.

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

Questão 06

Define-se a prevenção do juízo para processar e julgar duas ações conexas, propostas perante órgãos jurisdicionais distintos, pela:

- a) distribuição da petição inicial.
- b) prolação do despacho liminar positivo.
- c) prolação de qualquer despacho, ainda que se limite a determinar a emenda da petição inicial.
- d) citação válida.
- e) citação, ainda que inválida.

Questão 07

NÃO constitui título executivo:

- a) a nota promissória.
- b) o contrato de seguro de vida, no caso de óbito.
- c) o documento particular, desde que assinado pelo devedor e por uma testemunha.
- d) o crédito referente a contribuições de condomínio edilício, previstas na convenção ou aprovadas em assembleia, desde que documentalmente comprovadas.
- e) a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.

Questão 08

Sobre a competência no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A reunião de ações conexas pode se dar a qualquer tempo, independentemente da prolação de sentença em algum dos processos.
- b) As decisões do juízo absolutamente incompetente são nulas.
- c) A cláusula de eleição de foro abusiva pode ser decretada ineficaz de ofício pelo juiz a qualquer tempo.
- d) Quando houver continência, as ações serão necessariamente reunidas.
- e) Serão reunidos, para julgamento conjunto, os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

Questão 09

Uma das garantias pessoais ao cumprimento de um contrato é a fiança, que é prestada por um terceiro denominado fiador. Acerca dessa garantia, analise as afirmativas a seguir.

- I. O contrato de fiança pode ser celebrado verbalmente ou por escrito, admitindo, em qualquer caso, interpretação extensiva.
- II. A fiança pode ser parcial e, nesse caso, o fiador não será obrigado além da parte da dívida que toma sob sua responsabilidade.
- III. Se o fiador se tornar insolvente ou incapaz, poderá o credor exigir que seja substituído.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;
- b) somente II;
- c) somente I e III;
- d) somente II e III;
- e) I, II e III.

Questão 10

Alessandra, ao passar ao lado do prédio em que se encontra estabelecido o Condomínio do Edifício Praia Bonita, é atingida por um carrinho de brinquedo, proveniente do alto da edificação. Ao olhar para cima, vê crianças saindo da janela do apartamento 502, mas não pode afirmar ao certo de onde veio o objeto.

Nessas circunstâncias, responde pelos danos sofridos por Alessandra:

- a) o síndico do condomínio.
- b) o morador do apartamento 502.
- c) o responsável pelas crianças do apartamento 502.
- d) ninguém, pois inimputáveis os prováveis autores do dano.
- e) o condomínio.

Questão 11

Ana alugou o apartamento de Luiza, por meio de contrato em que as partes optaram, mediante cláusula expressa, por dispor que a proprietária somente poderia cobrar

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

aluguéis vencidos e não pagos dos últimos seis meses. A respeito dessa cláusula, é correto afirmar que:

- a) resulta da liberdade das partes, pelo que deve ser observada;
- b) é regular, pois altera prazo decadencial;
- c) é irregular, visto que altera prazo prescricional;
- d) é condicionada ao não pagamento dos aluguéis no aludido período;
- e) deve ser a cada seis meses renovada para se manter regular.

Questão 12

De acordo com a Resolução 126 do CNJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) na implementação da política Judiciária Nacional, com vista à boa qualidade dos serviços e à disseminação da cultura de pacificação social, serão observados: descentralização das estruturas judiciárias; adequada formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores; acompanhamento estatístico específico.
- b) os tribunais poderão, excepcionalmente e desde que inexistente quadro suficiente de conciliadores e mediadores judiciais atuando como auxiliares da justiça, optar por formar quadro de conciliadores e mediadores admitidos mediante concurso público de provas e títulos.
- c) a Mediação e a Conciliação poderão ser realizadas como trabalho voluntário.
- d) aos mediadores e conciliadores, inclusive membros das Câmaras Privadas de Conciliação, aplicam-se as regras de impedimento e suspeição.
- e) o conciliador e o mediador ficam impedidos, pelo prazo de 1 (um) ano, contado do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.

Questão 13

É cabível transação penal:

- a) somente quando a pena máxima cominada ao delito não for superior a 06 (seis) meses.
- b) quando a pena máxima for superior a dois anos.
- c) somente quando a pena máxima cominada ao delito for igual ou inferior a 1 (um) ano.
- d) quando a pena máxima não for superior a dois anos.
- e) em todos os crimes que não forem praticados com violência, não sendo relevante verificar o máximo da pena cominada.

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

Questão 14

Para as contravenções penais, a lei prevê.

- a) A aplicação isolada ou cumulativa das penas de reclusão e detenção.
- b) Multa e prisão simples.
- c) Detenção e multa.
- d) Reclusão e prisão simples.
- e) Detenção, reclusão e multa.

Questão 15

O agente que adquire e guarda, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal.

- a) Será processado e julgado na forma da Lei n.º 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais.
- b) Deverá ser imediatamente encaminhado à autoridade policial, que o submeterá a exame de corpo de delito e o dispensará.
- c) Será processado e julgado segundo as disposições comuns do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais.
- d) Não poderá se beneficiar da proposta de aplicação imediata de pena prevista no artigo 28 da Lei n.º 11.343/2006 pelo Ministério Público.
- e) Não será processado, pois no Brasil houve a descriminalização do delito de posse de drogas para consumo pessoal.

Questão 16

“A” praticou o crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei nº 11.343/06) depois de haver sido condenado, com trânsito em julgado, pelo delito previsto no artigo 28 do mesmo estatuto (posse de drogas para consumo pessoal). Na sentença, a condenação anterior

- a) não poderá ser considerada para fins de reincidência, porquanto tal delito não possui cominada a pena de prisão.
- b) poderá ser considerada para fins de reincidência, mesmo não tendo o réu recebido pena privativa de liberdade.
- c) somente poderá ser considerada como maus antecedentes.
- d) não poderá gerar qualquer efeito por não ser crime nos termos da Lei de Introdução ao Código Penal.
- e) somente poderá ser considerada como circunstância judicial na primeira fase do cálculo da pena.

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

Questão 17

No âmbito do procedimento sumaríssimo, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- b) Os atos processuais serão públicos e poderão se realizar em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- c) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada somente por carta precatória.
- d) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- e) A ausência da vítima na audiência, quando intimada ou não localizada, importará renúncia tácita à representação.

Questão 18

Encaminhar uma mensagem de texto a um policial civil que se encontra em outro município, xingando-o de ladrão, configura crime de:

- a) calúnia.
- b) desacato.
- c) difamação.
- d) denúncia caluniosa.
- e) injúria.

Questão 19

Não é pena restritiva de direito, em conformidade com o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal:

- a) prestação pecuniária.
- b) prestação de serviço à comunidade.
- c) interdição temporária de direitos.
- d) detenção.
- e) perda de bens e valores.

Questão 20

Segundo o texto da Lei 9.099/95, são competentes os Juizados do foro, **exceto** o do

- a) domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.
- b) domicílio do autor, nas ações de cobrança.

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

- c) lugar onde a obrigação deva ser satisfeita.
- d) domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.
- e) domicílio do autor, do local do ato ou fato ou do domicílio do réu, nas ações de reparação de dano de qualquer natureza.

Questão 21

Sobre a sentença no âmbito do procedimento sumaríssimo, é **incorreto** afirmar:

- a) Dispensa relatório.
- b) Pode ser prolatada por juiz togado, juiz leigo ou conciliador.
- c) Impugnada por recurso, pode ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento de acórdão.
- d) Pode ser prolatada apenas por juiz togado e elaborado projeto de decisão por juiz leigo.
- e) Desafia embargos de declaração que interromperão o prazo para recurso.

Questão 22

No Juizado Especial Cível, em quais casos há o pagamento de custas, taxas ou despesas:

- a) os casos de litigância de má-fé.
- b) em todos os casos de fase ou processo de execução.
- c) em caso de fase ou processo de liquidação.
- d) quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, ainda que justificadamente, por força maior.
- e) em caso de execução, em que foram procedentes os embargos do devedor.

Questão 23

Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95 e do CPC/15.

I - Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

II - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro, exceto incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

III - A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

Quais estão corretas?

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

Questão 24

Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal nº. 9.099/1995.

- I - O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
- II - O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.
- III - O Ministério Público não intervirá nos processos do Juizado Especial.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

Questão 25

Conforme a Lei Federal nº. 9.099/1995, o processo orientar-se-á pelos critérios de

- a) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, quando possível.
- b) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- c) oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre a transação.
- d) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, buscando sempre a conciliação.
- e) oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, quando possível.

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

Gabarito

1. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
2. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
3. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
4. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
5. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
6. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
7. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
8. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
9. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
10. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
11. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
12. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
13. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
14. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
15. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
16. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
17. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
18. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
19. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
20. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
21. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
22. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
23. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
24. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐
25. a ☐ b ☐ c ☐ d ☐ e ☐

Atenção, qualquer rasura ou marcação em duplicidade nas respostas acarretará a desconsideração da questão.

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

Questões discursivas

Questão 1

José ajuizou ação em face de Maria e Ricardo, pleiteando indenização por danos morais no valor de R\$ 30.000 (trinta mil reais), ao argumento de que ambos os requeridos proferiram diversas ofensas a sua pessoa em uma reunião de condomínio.

Aberta a audiência, compareceram ao ato o autor, desacompanhado de sua advogada habilitada nos autos, e a ré Maria. O réu Ricardo, apesar de citado por meio de carta com aviso de recebimento, não esteve presente.

Um dia antes do ato conciliatório, Ricardo esteve na Secretaria do Juizado e informou por escrito que não iria comparecer na audiência pois não tinha interesse em conciliar.

Durante a audiência, Maria propôs pagar ao autor a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) até o dia 14/09/2018, mediante depósito judicial. José aceitou a proposta de acordo, desde que fosse incluída multa de 20% (vinte por cento) caso o depósito não fosse efetuado até a mencionada data.

O autor requereu, ainda, a extinção do feito em face da ré Maria e a continuidade da presente ação com relação ao réu Ricardo.

Com base nesses dados, elabore o termo de audiência. Ao final, somente pode constar como assinatura a expressão Conciliador.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Maurício compareceu na Delegacia de Polícia solicitando providências na esfera criminal, ao argumento de que no dia anterior Fernando e Pedro desferiram socos e chutes contra a sua pessoa. Diante disso, foi lavrado termo circunstanciado para apuração da prática delitiva e Maurício foi encaminhado para realizar exame de lesões corporais perante o Instituto Médico Legal.

Em audiência preliminar, o noticiado Fernando propôs fazer doação à “Instituição X”, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 20 dias úteis a contar da data da audiência, o que foi aceito pelo noticiante.

Maurício informou que gostaria que o feito prosseguisse somente contra Pedro.

12

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Discorra sobre os institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo, pontuando suas diferenças, semelhanças e aplicabilidade.

Prova para o cargo de Conciliador – Tipo B

Questão 04

O autor não compareceu à audiência de conciliação, não tendo justificado sua ausência. O réu, apesar de devidamente citado, não compareceu ao ato. O que deve ser feito nessa situação?
